

# ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 84.696.814/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2021 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Santa Bárbara d'Oeste, 01 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota explicativa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Passivo	Nota explicativa
		2021	2020		
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.895	20.512	Impostos e contribuições a recolher	28
Contas a receber		2	2	Dividendos	9
Estoques	7	2.150	2.150	Imposto de renda e contribuição social a recolher	220
Impostos e contribuições a recuperar		73	24	Partes relacionadas	10
		24.120	22.688		268
<b>Não Circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	11
Outros investimentos	8	300	300	Capital social	17.451
		300	300	Reserva de capital	80
				Reserva de lucros	6.621
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	24.152
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	24.420
<b>Total do Ativo</b>		<b>24.420</b>	<b>22.988</b>		<b>22.988</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO										
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)										
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total	Total	
				de lucros	Reserva legal	Reserva				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		17.451	80	2.041	3.490	5.531	-	-	-	23.062
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.203	3.203		3.203
Dividendos pagos (equivalentes a R\$0,56 por ação)		-	-	(2.041)	-	(2.041)	(1.414)	(3.455)		
Transferência entre reservas		-	-	1.789	-	1.789	(1.789)			
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	(252)	-	(252)	(3.203)	(3.455)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>17.451</b>	<b>80</b>	<b>1.789</b>	<b>3.490</b>	<b>5.279</b>				<b>22.810</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.394	5.394		5.394
Dividendos pagos (equivalentes a R\$0,65 por ação)		-	-	(1.789)	-	(1.789)	(2.263)	(4.052)		
Transferência entre reservas		-	-	3.131	-	3.131	(3.131)			
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	1.342	-	1.342	(5.394)	(4.052)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>17.451</b>	<b>80</b>	<b>3.131</b>	<b>3.490</b>	<b>6.621</b>				<b>24.152</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 1 de fevereiro de 2022.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3).

**2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações em títulos com alta liquidez e riscos insignificantes de perda de valor, com vencimentos originais de até três meses. Estão registrados ao custo ou de acordo com o mercado, e quando aplicável acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**2.3 Ativos financeiros - recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber" (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**2.4 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e valores a receber de aluguéis de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos.

**2.5 Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição.

**2.6 Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

**2.7 Passivos financeiros: Classificação dos passivos financeiros:** Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos.

**2.8 Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R\$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

**2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

**2.10 Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

**2.11 Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício.

**2.12 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e de aluguéis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

**2.13 Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

**2.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas:** CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas. Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**IFRS 17 - Contratos de Seguro:** A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificando para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo. Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.

**Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

**Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	2021	2020
		2021	2020
Receita operacional líquida		13	5.729
Custo dos produtos e serviços vendidos		7	(19)
<b>Lucro bruto</b>		<b>5.729</b>	<b>3.167</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	14 (218)	(202)	
Remuneração da Administração	14 (103)	(103)	
Outras receitas operacionais, líquidas	14	227	
		(321)	(78)
		5.408	3.089
<b>Lucro operacional</b>			
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	15	920	674
Despesas financeiras	15	(1)	
		920	673

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
		2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.394</b>	<b>3.203</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Lucro líquido abrangente do exercício</b>		<b>5.394</b>	<b>3.203</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Prática 2 da IFRS. As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

**Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis:** A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**3. USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

**4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI.

**5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A. Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no resultado da Companhia.

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:**

Caixa 106 209

CDB - Certificado de depósito bancário 21.789 20.303

Total do caixa e equivalentes de caixa (i) 21.895 20.512

(i) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**7. ESTOQUE:**

Terrenos 1.899 1.899

Edificações 251 251

Saldo em 1º de janeiro 2.150 2.169

Transferências, líquidas - -

Baixa (i) - (19)

Saldo em 31 de dezembro 2.150 2.150

(i) Em maio de 2020 houve a demolição do prédio localizado na Rua Duque de Caxias, 210 - Centro - Santa Bárbara d'Oeste - SP.

**8. OUTROS INVESTIMENTOS:** A Companhia possui participação societária de 0,27% na empresa Santinvest S.A. Participações em 31/12/2021. Tal participação está avaliada ao valor justo de mercado, em conformidade com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros". A Companhia possui 89 ações da empresa Santinvest S.A. Participações, tendo como valor justo em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 300.

**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

2021 2020

Receita bruta 5.929 3.259

Percentual de presunção do lucro 32% 32%

Lucro presumido 1.897 1.043

Receitas financeiras 920 674

Base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa 2.817 1.717

Imposto de renda a alíquota de 15% (423) (257)

Adicional de imposto de renda a alíquota de 10% (257) (148)

Contribuição social a alíquota de 9% (254) (154)

Total do IRPJ e CSLL (934) (559)

**10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

2021 2020

Receita bruta 5.929 3.259

Percentual de presunção do lucro 32% 32%

Lucro presumido 1.897 1.043

Receitas financeiras 920 674

Base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa 2.817 1.717

Imposto de renda a alíquota de 15% (423) (257)

Adicional de imposto de renda a alíquota de 10% (257) (148)

Contribuição social a alíquota de 9% (254) (154)

Total do IRPJ e CSLL (934) (559)

**10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

2021 2020

Receita bruta 5.929 3.259

Percentual de presunção do lucro 32% 32%

Lucro presumido 1.897 1.043

Receitas financeiras 920 674

Base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa 2.817 1.717

Imposto de renda a alíquota de 15% (423) (257)

Adicional de imposto de renda a alíquota de 10% (257) (148)

Contribuição social a alíquota de 9% (254) (154)

Total do IRPJ e CSLL (934) (559)

**10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

2021 2020

Receita bruta 5.929 3.259

Percentual de presunção do lucro 32% 32%

Lucro presumido 1.897 1.043

Receitas financeiras 920 674

Base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa 2.817 1.717

Imposto de renda a alíquota de 15% (423) (257)

Adicional de imposto de renda a alíquota de 10% (257) (148)

Contribuição social a alíquota de 9% (254) (154)

Total do IRPJ e CSLL (934) (559)

**10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

2021 2020

Receita bruta 5.929 3.259

Percentual de presunção do lucro 32% 32%

Lucro presumido 1.897 1.043

Receitas financeiras 920 674

Base do imposto de

—☆ continuação

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras

não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 1º de fevereiro de 2022

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8  
 Paulo de Tarso Pereira Jr.  
 Contador - CRC nº 1 SP 253932/O-4

**Deloitte.**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>